


ID: 82	Reconquista	Tiragem: 11 000	Página: 11	
Data: 17.12.2020		País: Portugal Âmbito: regional Periodicidade: semanal	Cor: preto e branco	

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE IDANHA-A-NOVA

Movimento continua luta pela autonomia

Será que o parlamento e o governo vão permitir que a ESGIN, morra? É com esta questão, que é ao mesmo tempo um apelo a estas instâncias, que o Movimento pela Autonomia (administrativa, pedagógica, científica) e Sede da Escola Superior de Gestão em Idanha-a-Nova (ESGIN) reitera que continua nesta luta, após o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco ter deixado claro que o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) poderia encontrar uma solução mais equilibrada em termos de reestruturação da instituição.

No comunicado, o Movimento lembra que a Assembleia da República aceitou e vai discutir em breve a petição pública n.º 40/XIV/1.ª: "Pela autonomia e sede - A ESGIN sempre nossa", contando ainda com o apoio

dos diferentes grupos parlamentares (BE, PCP, CDS/PP, PSD, PEV e PS), que apresentaram todos projetos de resolução ao parlamento. Além disso, "já foram várias as cartas abertas e artigos de opinião de várias individualidades, publicados em diversos órgãos de comunicação social, que evidenciam claramente a ineficiência do processo".

Lembra ainda que a ESGIN "resulta da visão e da vontade política que defende o desenvolvimento harmónico e sustentável do interior e a descentralização do ensino superior, motivos pelos quais foi criada através de Decreto-Lei n.º 153/97, de 20 de junho, com sede em Idanha-a-Nova e dotada de autonomia administrativa, pedagógica e científica". Razão que os leva a afirmar não poder aceitar que "seja extinta por uma

decisão tomada em Conselho Geral do IPCB, mas sim através da revogação do referido Decreto-Lei, pelo governo", de acordo com o que a própria lei estipula.

Além disso, a proposta de reestruturação apresentada pelo presidente do IPCB "foi aprovada com um número mínimo de conselheiros" e com pareceres contra de quatro dos seis conselhos técnico-científicos das atuais unidades orgânicas (três por unanimidade e um por maioria), sendo que só a Escola Superior de Saúde votou a favor, por maioria, discordando, contudo, com a eventual alteração do nome, e a ESGIN não apresentou votação.

Se este projeto avançar, a escola "está condenada a acabar a curto prazo", além "do impacto muito negativo e provavelmente irremediável nas atividades sócioeconómi-

cas e culturais do concelho de Idanha-a-Nova, na capacidade de criação de massa crítica jovem, na captação de investimentos que necessitam de quadros qualificados e na coesão social".

Contra esta proposta está também a orientação política do governo, que promove a descentralização, "assumindo o compromisso de tornar os territórios de baixa densidade mais coesos, mais inclusivos e mais competitivos através da adoção de políticas públicas dirigidas à correção das assimetrias regionais, à atração de investimento para o interior e à diversificação e qualificação do tecido produtivo".

Além de tudo isto, "até ao momento presente, o presidente do IPCB não apresentou nem sequer uma razão pedagógica, administrativa, científica e muito menos financeira para a extinção da ESGIN".